



MORFOLOGIA URBANA E ESPAÇOS LIVRES (PÚBLICOS E PRIVADOS) EM CAMPINA GRANDE/PB

SILVA, Heitor de Andrade (1);

BARROS FILHO, Mauro Normando Macêdo (2).

(1) Professor Doutor, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Design, Campina Grande, PB, Brasil; e-mail: heitor.andrade@ufcg.edu.br

(2) Professor Doutor, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental, Campina Grande, PB, Brasil; e-mail: mbarrosfilho@gmail.com

RESUMO

O acelerado processo de transformação dos padrões morfológicos das cidades - embasados na verticalização e espraiamento urbanos, com a implantação de novos condomínios verticais e horizontais - tem sido a grande marca do processo de urbanização do Brasil nas últimas décadas. Em Campina Grande, verifica-se tal fenômeno, com a particularidade de se tratar de uma cidade média (com cerca de 380 habitantes) com configuração compacta. Naturalmente, pode-se fazer uma associação dessas transformações morfológicas com a situação de seus espaços livres públicos e privados. Pretende-se avaliar a localização e distribuição dos Espaços Livres Públicos (ELPu) e Espaços Livres Privados (ELPr) na estrutura urbana da cidade, considerando seus padrões de urbanização existentes. As análises basearam-se nos resultados da Oficina Quapá-SEL Campina Grande (2013), nos dados censitários, na caracterização de espaços simbólicos e na análise situacional de tipologias espaciais, sistematizados por meio de ferramentas de geoprocessamento. Verifica-se uma inadequada distribuição espacial dos ELPu em Campina Grande, que se concentram nas áreas centrais já providas de melhores condições de infraestrutura urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços livres; Público-Privados; Apropriações.

URBAN MORPHOLOGY AND (PUBLIC AND PRIVATE) OPEN SPACES IN CAMPINA GRANDE/PB

ABSTRACT

The accelerated process of transformation of morphological patterns in cities - based on verticalization and urban sprawl through the implantation of new vertical and horizontal condos – has been the great brand of the Brazilian urbanization process in the last decades. In Campina Grande, this phenomenon is particularly seen in a medium-sized city (with about 380 inhabitants) with a compact configuration. Naturally, one can make an association of these morphological changes with the situation of its public and private open spaces. This paper aims to evaluate the location and distribution of Public Open Spaces (PuOS) and Private Open Spaces (PrOS) in the urban structure of the city, considering its existing urbanization patterns. The analyzes were based on the results of Quapá-SEL workshop in



Campina Grande (2013), on census data, on the characterization of symbolic spaces and on a situational analysis of spatial typologies, systematized through geoprocessing tools. It is verified an inadequate distribution of PuOS in Campina Grande that are concentrated in central areas which already provided better urban infrastructure conditions.

Key-words: *Open Spaces; Public-Private; Appropriations*

INTRODUÇÃO

Campina Grande está situada na Serra da Borborema, Paraíba, a, aproximadamente, 510 metros de altitude. É um polo econômico, tecnológico e educacional, no Semiárido do estado, sediando instituições de ensino superior e centros de pesquisa importantes (Institutos e universidades federais, estaduais e privadas). São realizados eventos de grande impacto, como o conhecido "Maior São João do Mundo". Estabelece relações fortes com a capital do estado (João Pessoa), preservando a sua autonomia. Encontra-se em acelerado processo de transformação, em consequência da dinâmica imobiliária que vem afetando sua paisagem urbana através da intensificação do processo de verticalização e do espraiamento da cidade com a implantação de novos condomínios horizontais. São dinâmicas comuns em muitas cidades brasileiras, com a peculiaridade de se tratar de um município de forma relativamente compacta, e com intensa vida urbana no seu centro – usos comercial e residencial. É uma cidade que sempre experimentou a efervescência urbana em suas definições legais, tendo, já na década de 1960, uma população urbana superior a rural, contudo, preserva no seu cotidiano modos de apropriação e práticas sociais eminentemente rurais.

Para os padrões brasileiros, é uma cidade nova e de porte médio – este ano (2014) comemora o seu sesquicentenário e tem população média de 380 mil habitantes –, entretanto apresenta importantes problemas urbanos, com destaque para as questões de mobilidade urbana e de gestão dos seus limitados recursos hídricos. Ademais, o planejamento e a gestão do espaço urbano encontram-se em evidente descompasso com as dinâmicas socioambientais da cidade. Os espaços livres públicos apresentam-se desarticulados e ameaçados de ocupações indevidas, contexto que compromete a qualidade de vida da população.

O artigo tem o objetivo de avaliar a relação entre os Espaços Livres Públicos (ELPu) e os Espaços Livres Privados (ELPr) mais significativos de Campina Grande a partir da análise da localização e distribuição desses espaços na estrutura urbana, considerando-se os diferentes padrões de urbanização da cidade (abastecimento de água, esgotamento



sanitário, coleta de lixo e energia elétrica). As análises foram desenvolvidas com base nos resultados produzidos na Oficina Quapá SEL, realizada em Campina Grande em outubro de 2013; em dados censitários; na caracterização de situações paradigmáticas e espaços simbólicos; bem como, da análise situacional de tipologias espaciais. Os referidos dados foram sistematizados com o auxílio de ferramentas de geoprocessamento. As pesquisas de iniciação científica (PIBIC e PIVIC), em desenvolvimento desde 2012 têm trabalhado na sistematização e análise de dados referentes ao tema no contexto da cidade. Desde então, diversos artigos têm sido produzidos pelo grupo local, contribuindo consideravelmente com o debate local.

Com respeito à produção acadêmica na cidade, pode-se encontrar investigações científicas e produções técnicas na área de engenharia civil e ambiental, com destaque para as áreas de recursos hídricos e de saneamento, embora analisados sobre uma ótica diferente daquela proposta neste trabalho, que pretende buscar meios de qualificar adequadamente os espaços livres urbanos para usufruto (ocupação, contemplação, etc.) da população. Assim, a compreensão sobre os espaços livres em Campina Grande, bem como as possibilidades de articulação e fortalecimento são permeadas por lacunas.

O projeto é proposto no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e vincula-se ao grupo de pesquisa *Produção da Habitação e da Cidade* estabelecido no *Curso de Arquitetura e Urbanismo* da UFCG.

Os ELPu avaliados foram, principalmente, aqueles que apresentam maior relevância físicas e simbólicas na cidade, tais como os parques da Criança, do Povo, do Açude Velho e do Açude Novo. Os ELPr avaliados foram os espaços livres de condomínios verticais e horizontais mais significativos da cidade, como os encontrados em três eixos da cidade, identificados pelos bairros do Catolé, Prata e Alto Branco, que vêm sofrendo um intenso processo de ocupação emblemático.

Parte-se da hipótese de que há uma inadequada distribuição espacial dos ELPu em Campina Grande. Estes se concentram no que consideramos centro expandido da cidade – composto pelo centro comercial/histórico e pelos principais bairros que o margeia – que apresenta as melhores condições de infraestrutura urbana. Os ELPr dos condomínios são soluções próprias dos empreendimentos para a população residente, que, por sua vez, conta com uma favorável mobilidade particular. Portanto, grande parte do território municipal não é atendida de ELPu.



Além da introdução e conclusão do artigo, inicialmente, apresentamos algumas considerações conceituais sobre papel dos espaços livres públicos e privados em cidades médias. Em seguida, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para produções dos mapas temáticos que possibilitaram as análises. Por fim, fazemos algumas análises dos resultados alcançados.

2. ESPAÇOS LIVRES: PÚBLICOS E PRIVADOS

As cidades médias brasileiras convivem com o problema da falta de espaço para a expansão dos seus territórios. Isso não significa a ausência completa de áreas livres, mas demandam o fortalecimento de políticas públicas que orientem a sua adequada ocupação. Sobretudo, considerando, a necessidade de tê-los como espaços destinados ao lazer público e que funcionem como áreas de amenização climática. Reconhecer a situação atual e as tendências de ocupação dessas áreas, bem como as suas funções e potencialidades é condição fundamental para desenvolver os preceitos da sustentabilidade que orientam a política urbana e ambiental do município.

Desse modo, a congregação dos apelos sociocultural e socioambiental se apresenta com força e importância no cenário da política urbana e ambiental, bem como nos meios acadêmicos e teóricos que se dedicam ao assunto. Nesse contexto, colocam-se os espaços livres das cidades. A noção de espaços livres tem sido amplamente discutida no cenário nacional, através de eventos da área de paisagismo (ENEPEA, Colóquio Quapá), bem como publicações em periódicos (Paisagem & Ambiente) e livros. Robba e Macedo (2003) definem espaços livres como aqueles espaços que se caracterizam pela ausência de estruturas edificadas (recintos ou ambientes cobertos e fechados), que não estão contidos dentro de um invólucro, incluindo tanto os domínios públicos como os privados. No mesmo sentido, Tardin (2008) observa que espaços livres podem ser compreendidos como superfícies não ocupadas, protegidas ou não por lei, cobertos ou não por vegetação. Representam os componentes mais flexíveis (funcional ou espacialmente) da estrutura do território, com grandes probabilidades de transformação no processo de construção da paisagem, tornando-se, ao mesmo tempo, lugares mais frágeis e dos mais promissores devido à possibilidade de reestruturação do território.

Sá Carneiro e Mesquita (2000, p.24), apresentam algumas tipologias de espaços livres mais frequentemente encontrados nas cidades brasileiras, com destaque para a realidade do Nordeste do país.



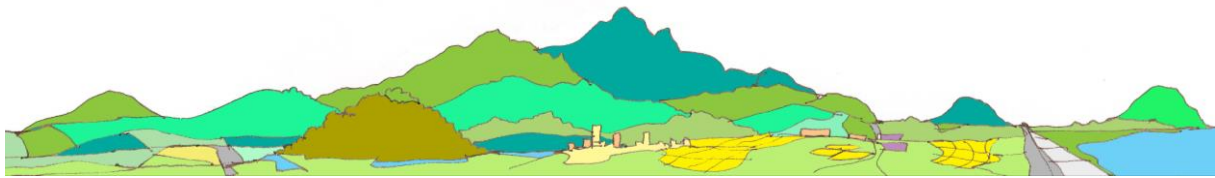
Áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação – avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc. – ou com presença efetiva de vegetação – parques, praças, jardins, etc. – com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além de tornarem viável a distribuição e execução dos serviços públicos em geral. São ainda denominados espaços livres, áreas incluídas na malha urbana ocupadas por maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínio fechado, áreas remanescentes de ecossistemas primitivos – matas, manguezais, lagoas, restingas, etc. – além de praias fluviais e marítimas.

Destacam-se, nesta última conceituação, as áreas remanescentes de ecossistemas primitivos, se não sempre, frequentemente unidades de conservação protegidas que assumem uma função social nas cidades, mas nem sempre são de domínio (propriedade) público.

Os Espaços Livres podem ser classificados em Privados (ELPr) e Públicos (ELPu). ELPr compreendem as áreas de terrenos particulares (lotes, quadras ou glebas) não ocupadas por edificações cujo acesso é controlado, sendo utilizados por um grupo de moradores/usuários com características e interesses específicos. Tais espaços são utilizados para diversos fins (jardins, lazer, prática de esportes, etc). ELPu permitem o encontro com o outro, é onde se fortalecem as relações coletivas, onde ocorrem as trocas fundamentais e o convívio com a diferença. São de uso comum, ou seja, permitem a acessibilidade a todos.

Os ELPu podem ser subdivididos em espaços de circulação e de permanência. Os primeiros destinados ao deslocamento de veículos, pedestres ou de ambos. Incluem faixas de rolamento, canteiros centrais e calçadas. São geralmente lineares e contínuos. Os segundos, usados preferencialmente por pedestres, apresentam uma configuração espacial descontínua e correspondem ao conjunto dos demais espaços livres públicos da cidade, como jardins, praças e parques. São lugares de convívio social, de expressão cultural, de encontro e de trocas (ideias, mercadorias, etc.). Agregam pessoas diferentes, em horários distintos, com interesses diversos (CARNEIRO, 2010). Representam importantes referências simbólicas para a cidade. Criam um lugar urbano e refletem a identidade de um lugar.

Se tomarmos como referência a natureza morfológica desses espaços, tal delimitação aplica-se, na mesma medida, ao conjunto dos espaços públicos constituintes do tecido urbano como as vias, largos e praças, passeios e esplanadas, cais e pontes, além de rios, canais e praias e aos demais espaços livres presentes nos espaços privados e semiprivados (semipúblicos) que também correspondem às parcelas fundiárias que os envolvem.



Para Panerai (2006), a distinção entre espaços públicos e privados, pertence ao campo do direito, o qual toma, segundo as culturas e as épocas, formas jurídicas diferentes. Conforme observa Lavalle et al. (2005), a discussão do espaço público é complexa e tem sido equacionada a partir da simplificação permitida por várias perspectivas disciplinares. Na ótica da economia o espaço público é associado à noção de bem público, ou ao debate em torno da elucidação conceitual dos atributos a justificarem o caráter “desmercantilizado” de determinados bens, assim como dos mecanismos mais eficientes para produzi-los e administrá-los.

No campo do jurídico, o espaço público é tido como um bem de uso comum, de direito de acesso e usufruto. Não se confunde com os prédios públicos nem com as edificações abertas ao público – como o comércio – os quais são de propriedade privada. Essa é a compreensão também desenvolvida por Borja e Muxi (2001), quando realçam a noção do espaço público como conceito jurídico, considerando que são espaços submetidos a uma regulação específica por parte da administração pública, que fixa as condições de utilização e instalação de atividades de modo a garantir a acessibilidade a todos.

A arquitetura e o urbanismo produziram sua leitura do espaço público a partir do estatuto público ou privado dos usos do solo e de sua propriedade, assim como de um modelo analógico de espaço físico. O conceito desse espaço é, portanto, abrangente, pois se refere à propriedade pública, assim como ao local onde se espacializam e se materializam comportamentos e atividades sociais da vida pública.

Independente da forma e do tipo, os espaços públicos urbanizados contemplam direitos cívicos, sendo estes alguns dos argumentos utilizados pelos arquitetos e urbanistas defensores da sua preservação e reprodução. Esses espaços são imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, lugares onde podem estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade, a acessibilidade à memória, segurança, informação, conforto, circulação. Deste modo, a materialidade desses espaços consiste em uma realização sociopolítica identificada por atributos de concepções de espaço público – como cidadania, vida pública e direitos – formulados em outras esferas do conhecimento. (ABRAHÃO, 2008).

Estes recortes disciplinares fragmentam o debate e têm motivado interlocuções interdisciplinares sobre o assunto como as proporcionadas pelas Oficinas Quapa-SEL no Brasil, já mencionadas. Todas as questões que orientaram os trabalhos desenvolvidos estão



presentes no debate plural que, nos últimos anos, vem sendo desenvolvido por diversos segmentos sociais (academia, setores técnico-administrativos e da sociedade organizada) envolvidos com o tema. Mais que um debate, a ação desses segmentos sociais no país, tem se convertido num movimento que reivindica a consolidação dos princípios do novo marco regulatório urbanístico e ambiental no que se refere à garantia da democratização do acesso a cidade, que inclui o direito de acesso aos espaços verdes, de lazer e de interesse ambiental, histórico, cultural ou paisagístico.

3. DESCRIÇÕES METODOLÓGICAS: MATERIAIS E MÉTODOS

No presente artigo foram considerados os seguintes dados: (i) dados vetoriais do tipo polígono em formato *shapefile* e dados descritivos em formato XLS das variáveis dos domicílios e das pessoas responsáveis dos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, disponível *online*; (ii) dados vetoriais do tipo polígono em formato *shapefile* sobre as praças, os parques, os açudes e os canais do distrito-sede de Campina Grande, disponíveis na base cartográfica digital elaborada em 2011 pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG); e (iii) dados vetoriais do tipo polígono em formato CAD dos principais condomínios fechados horizontais do distrito-sede de Campina Grande, disponível em DVD, elaborados pelos Grupos de Trabalhos (GT) que participaram da oficina do Quapá-SEL entre os dias 21 e 22 de novembro de 2013, em Campina Grande.

A metodologia do trabalho consistiu, basicamente, das três etapas detalhadas a seguir.

Construção de Base Cartográfica Georreferenciada

A base cartográfica digital do distrito-sede de Campina Grande, georreferenciada ao sistema de projeção UTM, zona 24 sul e datum SIRGAS 2000, foi construída utilizando os recursos dos *softwares* AutoCAD 2010 e ArcGIS 9.3, sendo composta pelos seguintes temas: ELP; Hidrografia; Condomínios; Bairros; e Setores Censitários. O tema **ELP** representa os Espaços Livres Públicos, compreendendo os polígonos de 38 praças e de três parques (Parque da Criança, do Povo e do Açude Novo) que foram unificados em um mesmo *shapefile*. Portanto, representa apenas os espaços livres públicos de permanência reconhecidos pela prefeitura, excluindo as vias. Vale ressaltar que não foi avaliada a representatividade desses espaços na cidade, bem como não foi feito qualquer ajuste, remoção e inserção de novos ELPu neste tema. O tema **Hidrografia** foi criado a partir da



unificação dos polígonos dos canais e os açudes. As informações sobre os corpos de água foram consideradas apenas para servir de referência e auxiliar na leitura do mapa. Devido ao grande número de pequenos açudes, o mapa foi editado, sendo removidos aqueles menos significativos. O tema **Condomínios** compreende os maiores e significativos condomínios horizontais fechados da cidade, representados por quatro polígonos que foram digitalizados sobre a base da prefeitura. Devido à distância, não foram incluídos outros condomínios localizados fora do distrito-sede, na zona rural do município. Os polígonos dos condomínios estavam em formato CAD e precisaram ser ajustados em escala, georreferenciados e convertidos em *shapefile*. O tema **Bairros** contém 49 polígonos. Assim como o tema Hidrografia, esse tema serve como uma referência para facilitar a leitura do mapa. Para isso, a toponímia dos bairros foi representada e ajustada para ficar contida dentro de cada polígono. O tema **Setores Censitários** compreende 440 setores censitários do tipo urbano. A partir da análise da tabela de atributos, foi possível identificar um campo da tabela com o nome do bairro a qual pertence cada setor.

Construção da Base Descritiva

A base descritiva utilizada no artigo foi construída a partir das tabelas do Censo 2010 da Paraíba, disponível no sítio do IBGE na Internet. Nesta etapa foram construídos quatro indicadores: Indicador de Verticalização (IV); Indicador de Urbanização (IU); Indicador de Renda (IR); e Indicador dos Melhores Condomínios Verticais (IMCV). O Indicador de Verticalização (IV) foi construído a partir de variáveis da tabela de domicílios do Censo 2010 e corresponde ao percentual de Domicílios Particulares Permanentes (DPP) do tipo apartamento em cada setor censitário, sendo matematicamente, expresso por: $IV = V005/V002$. As variáveis que compõem esse indicador são descritas pelo IBGE como:

Variável	Descrição
V005	DPP do tipo apartamento
V002	Domicílios particulares permanentes

O Indicador de Urbanização (IU) foi também construído a partir de variáveis da tabela de domicílios do Censo 2010 e é definido como a média aritmética simples de quatro índices: AGUA, ESGOTO, LIXO e ENERGIA, sendo matematicamente, expresso por:

$$IU = (AGUA + ESGOTO + LIXO + ENERGIA) / 4$$



O índice AGUA é o percentual de Domicílios Particulares Permanentes (DPP) com abastecimento de água em rede geral em cada setor censitário, sendo matematicamente expresso por: $V012/V002$. O índice ESGOTO é o percentual de DPP com banheiros de uso exclusivo dos moradores e com esgotamento sanitário em rede geral, sendo matematicamente expresso por: $V017/V002$. O índice LIXO é o percentual de DPP com lixo coletado por serviço de limpeza, sendo expresso por: $V036/V002$. O índice ENERGIA é o percentual de DPP com energia elétrica fornecida por companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo, ou seja: $V047/V002$.

As variáveis que compõem esse indicador são descritas pelo IBGE como:

Variável	Descrição
V012	DPP com abastecimento de água da rede geral
V017	DPP com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial
V036	DPP com lixo coletado por serviço de limpeza
V047	DPP com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo
V002	Domicílios particulares permanentes

O Indicador de Renda (IR) foi construído a partir de variáveis da tabela de Pessoas Responsável (PR) do Censo 2010 e representa a média ponderada das faixas de rendimento nominal médio, em salário mínimo (SM), das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, sendo matematicamente expresso por:

$$IR = ((V010 \times 1 + V001 \times 2 + V002 \times 3 + V003 \times 4 + V005 \times 6 + V006 \times 7 + V007 \times 8 + V008 \times 9 + V009 \times 10) / V020 \times 100) / 100$$

As variáveis que compõem esse indicador são descritas pelo IBGE como:

Variável	Descrição
V001	PR com rendimento nominal mensal de até 1/2 SM
V002	PR com rendimento nominal mensal de mais de 1/2 até 1 SM
V003	PR com rendimento nominal mensal de mais de 1 até 2 SM
V004	PR com rendimento nominal mensal de mais de 2 até 3 SM
V005	PR com rendimento nominal mensal de mais de 3 até 5 SM



V006	PR com rendimento nominal mensal de mais de 5 até 10 SM
V007	PR com rendimento nominal mensal de mais de 10 até 15 SM
V008	PR com rendimento nominal mensal de mais de 15 até 20 SM
V009	PR com rendimento nominal mensal de mais de 20 SM
V010	PR sem rendimento nominal mensal
V020	Total de PR com ou sem rendimento nominal mensal

Finalmente, o Indicador dos Condomínios Verticais (ICV) é a média aritmética simples do IV, do IU e de IR, sendo matematicamente expresso por:

$$\text{ICV} = \text{IV} + \text{IU} + \text{IR} / 3$$

Os valores mais elevados desse indicador permitem identificar os setores censitários que apresentam os melhores condomínios fechados verticais, ou seja, os domicílios do tipo apartamento, ocupados por chefes de família com maiores rendimentos mensais e em locais mais urbanizados da cidade. Com isso, é possível pressupor que tais setores concentram edifícios que oferecem espaços de esportes e lazer aos seus moradores.

Esses quatro indicadores descritos acima foram inseridos como novos campos na base descritiva. Os valores de todos indicadores variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 for o valor, melhor será a condição do setor censitário. Nos mapas, os setores com valores mais elevados são representados por cores mais escuras.

Construção de Mapas Temáticos

A última etapa consistiu em gerar quatro mapas temáticos para apresentar os resultados de cada um dos indicadores descritos na etapa anterior (figuras 1, 2, 3 e 4). Os valores de cada um dos indicadores foram classificados em cinco intervalos, utilizando o método de quebra natural. Em seguida, os polígonos dos setores censitários com valores de cada indicador, representados em tons graduais de cinza, foram sobrepostos aos polígonos dos ELPu (em vermelho), dos condomínios fechados horizontais (em hachuras verdes), da Hidrografia (em azul) e dos bairros (com bordas amarelas). Finalmente, foram inseridas a toponímia, legenda, orientação e escala gráfica nos mapas temáticos e os mesmos exportados como imagem.



4. ESPAÇOS LIVRES, PADRÕES MORFOLÓGICOS E EQUIDADE SOCIAL: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os indicadores a seguir apresentados revelam, inicialmente, que os maiores e mais importantes ELPu do perímetro urbano de Campina Grande estão no bairro Centro e circunvizinhos (figura 1) e nas áreas mais verticalizadas (figura 2). Evidentemente, os dados mostram que não há parques ou praças em áreas periféricas menos urbanizadas, embora disponham de grandes áreas livres. É importante observar que essas áreas menos urbanizadas não são totalmente homogêneas com respeito a variável poder aquisitivo da população e acesso a bens e serviços, pois são onde também se encontram os mais importantes condomínios fechados horizontais da cidade. São, em geral, locais não urbanizados e situados nas áreas periurbanas do município. Portanto, distantes dos ELPu da cidade, mas providos de uma excelente infraestrutura particular de recreação e esporte e de boas condições de mobilidade dentro da cidade, por meio de automóveis.

Nesse mesmo sentido, é possível constatar que grande quantidade dos ELPu (63% de total), incluindo os três parques, está inserida em setores nas áreas de mais alta renda da cidade (figura 3), onde se concentram os melhores condomínios verticais da cidade e onde mais de 50% dos seus domicílios são apartamentos ocupados por chefes de família com alto rendimento mensal e em lugares bem urbanizados (figura 4). Com isso, é possível pressupor que nesses setores há uma quantidade elevada de edifícios que já contam com áreas de lazer e esporte próprias.

É possível afirmar que os ELPu do distrito-sede de Campina Grande não estão bem distribuídos no território, mas concentrados em apenas alguns dos bairros mais urbanizados da cidade. Os resultados apresentados revelam, também, que quem mais se beneficia da proximidade dos ELPu são as pessoas que já dispõem de áreas de recreação e não as que realmente necessitam. Portanto, a implantação de parques e praças nas áreas mais periféricas poderia contribuir significativamente para a urbanização das áreas menos favorecidas da cidade, assim como melhor direcionar a expansão urbana.

Figura 1: Distribuição espacial do Indicador de Urbanização (IU) nos setores censitários 2010 do Distrito-Sede de Campina Grande e sua relação com os ELPu e os Condomínios Fechados Horizontais.

Figura 2: Distribuição espacial do Indicador de Verticalização (IV) nos setores censitários 2010 do Distrito-Sede de Campina Grande e sua relação com os ELPu e os Condomínios Fechados Horizontais.

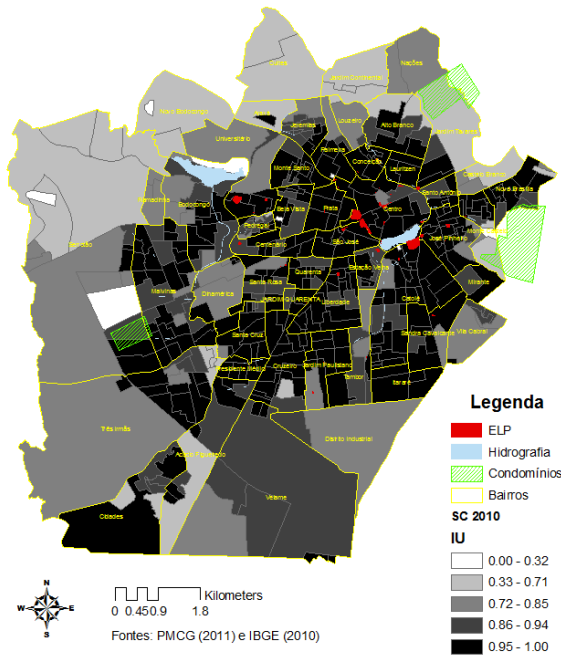
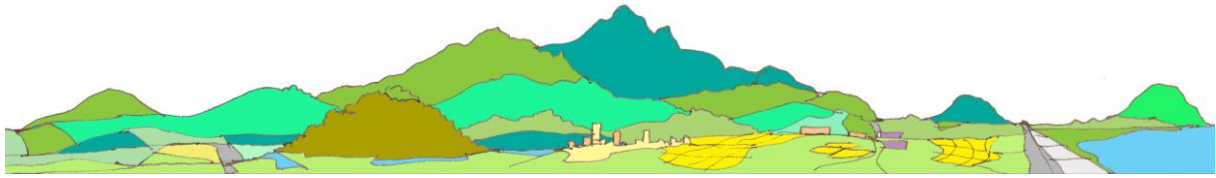


Figura 3: Distribuição espacial do Indicador de Renda (IR) nos setores censitários 2010 do Distrito-Sede de Campina Grande e sua relação com os ELPu e os Condomínios Fechados Horizontais.

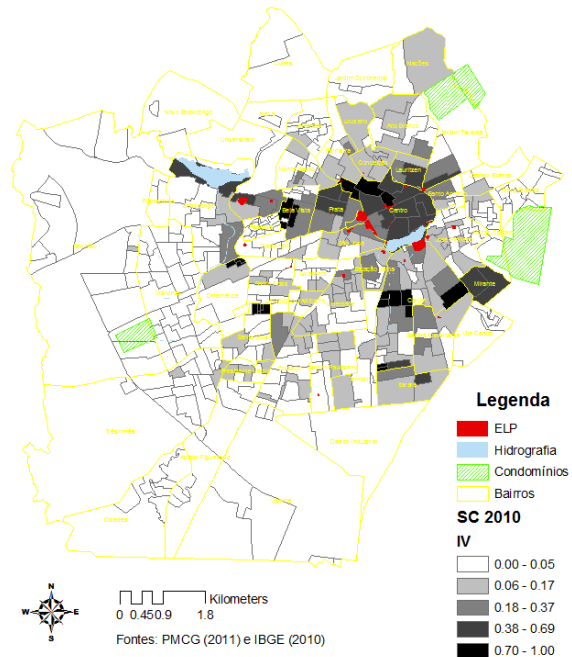
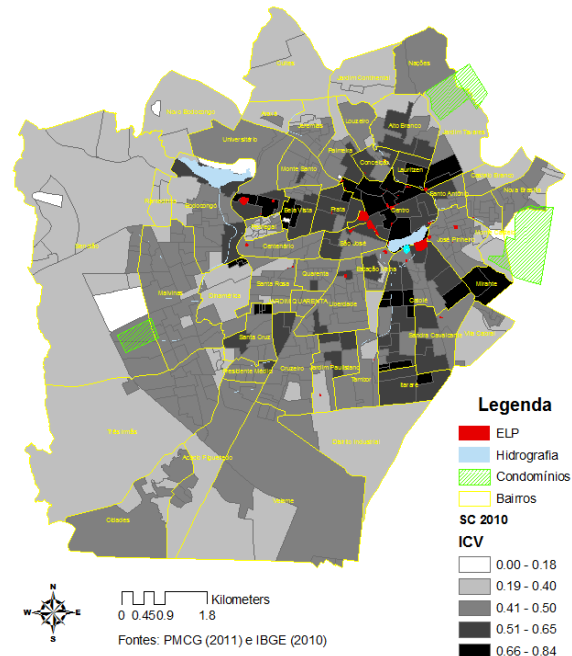
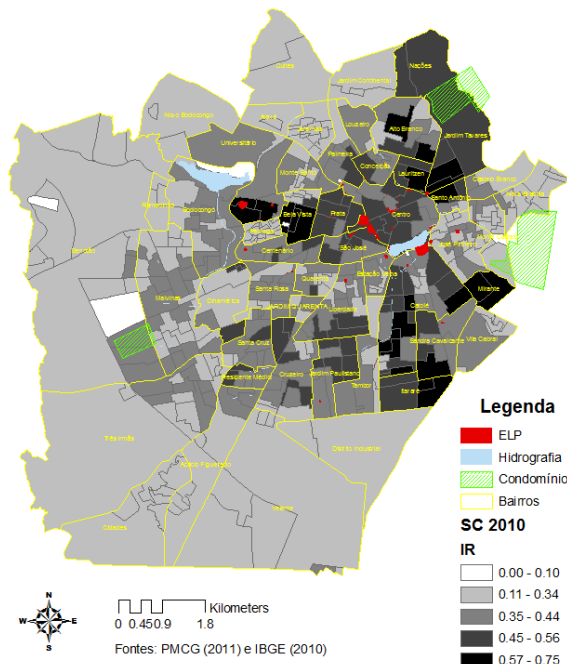


Figura 4: Distribuição espacial do Indicador de Condomínios Verticais (ICV) nos setores censitários 2010 do Distrito-Sede de Campina Grande e sua relação com os ELPu e os Condomínios Fechados Horizontais.



Esses resultados revelam que o problema de planejamento e gestão dos espaços livres urbanos intensifica o processo de autosegregação socioespacial dos grupos de maior renda.



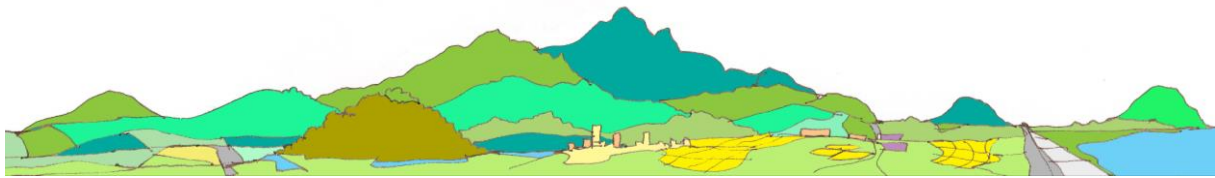
O abandono e desprezo dos espaços livres urbanos pelo Estado estão associados ao aumento das taxas de criminalidade urbana e a sensação de insegurança pública. Esses problemas são, em grande parte, resultantes de uma ideologia difundida por promotores imobiliários, muitas vezes com o apoio de Estado, que incentiva a construção de condomínios fechados horizontais e verticais como maneira de suprir, de forma privativa, essas deficiências. Ao mesmo tempo, os poucos e precários espaços livres públicos existentes tornam-se vítimas de um processo de privatização e mercantilização (SERPA, 2007), também consentido e/ou apoiado pelo Estado, empreendido tanto por pequenos comerciantes informais, quanto por grandes empresas de eventos que restringem o acesso a uma parcela da população, contrariando o próprio conceito de espaço livre público. Com isso, os espaços livres urbanos tornam-se constantemente ameaçados, em maior ou menor grau, pela pressão de uma ocupação urbana desmedida, fragmentada e desigual.

4. CONCLUSÕES

Os indicadores confirmam a nossa hipótese inicial, que há uma inadequada distribuição espacial dos ELPu em Campina Grande e que os moradores dos condomínios fechados periféricos suprem com soluções privadas, seja por meio do acesso a uma infraestrutura própria, seja por meio da mobilidade particular, as suas necessidades por espaços livres qualificados e seguros. Como já observado, a realidade da cidade, apesar de ser uma cidade nova e de porte médio, considerando os padrões brasileiros, não foge ao que se pode observar na maioria das cidades do país.

Trata-se do simples reflexo das desigualdades sociais, que ainda persistem nesses aglomerados urbanos, apesar das importantes ações de enfrentamento que têm sido promovidas, nos últimos anos, que têm como marco o Estatuto das Cidades (2001). Essas constatações não são, portanto, surpreendentes, mas são preocupantes quando também verificamos importantes problemas urbanos de mobilidade urbana e de gestão dos escassos recursos hídricos disponíveis, assim como um evidente descompasso do planejamento e da gestão do espaço urbano com as dinâmicas socioambientais da cidade.

É premente, desse modo, que as administrações públicas locais reconheçam e enfrentem essas questões a fim de promover novos parâmetros e ações no sentido de dirimir as desigualdades latentes na cidade e no sentido de definir prioridades e critérios claros de planejamento e gestão, tendo nos espaços livres públicos um caminho para estabelecer a equidade social e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida para a população.



5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço Público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida. **L'espai public**: ciutat i ciutadania. Barcelona: Disputació de Barcelona, 2001.

BRASIL. [Estatuto da Cidade (2001)]. SOARES FILHO, José Guilherme (org.). **Estatuto da cidade**: Lei 10.257/2001. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. **Parque e paisagem**: um olhar sobre o Recife. Recife: Editora da UFPE, 2010.

IBGE. **Censos Demográficos**: Base de informações por setor censitário 2010. Paraíba. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 12 ago. 2013.

LAVALLE, Adrián Gurza; et. al. **Espaço Público**: o conceito e o político. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v.25, n.46, p.33-44, jan/jul 2005.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana. Brasília**: Editora Universidade de Brasília, 2006.

ROBBA, Fabio, MACEDO, Silvio S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita, MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres**: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.